

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02273/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: [https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.aspx?seam=Código do documento: c5d6b052162-4f89-b0e1b0a48bc3d0aa](https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.aspx?seam=Código%20do%20documento%3A%20c5d6b052162-4f89-b0e1b0a48bc3d0aa)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Endereço: Rua Amapá nº 05
Bairro: Centro
Telefone: (87) 3781-1144
E-mail: secascanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Érico Gustavo Tenório Vilaça Rodrigues
CPF: 905.014.034-34
Cargo: Secretário Ação Social
E-mail: secascanhotinho@yahoo.com.br

CNPJ: 17.200.778/0001-4
CEP: 55.420-000
Fax:
Complemento:
Data início da gestão: 21/09/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Endereço: Rua Afonso Pena
Bairro: Centro
Telefone: (087) 3781-1863
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Zeneide Porto de Oliveira
CPF: 462.210.504-72
Cargo: Presidente
E-mail: zeneide.porto@hotmail.com

CNPJ: 06.035.005/0001-3
CEP: 55420-000
Fax: (087) 3781-1863
Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS da quantia de R\$ 12.118,33 (doze mil e cento e dezoito reais e trinta e três centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2015 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 12.118,33 (doze mil e cento e dezoito reais e trinta e três centavos), será pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.009,86 (hum mil e nove reais e oitenta e seis centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.009,86 (hum mil e nove reais e oitenta e seis centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02273/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ZENIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stc.ece.pe.gov.br/epv/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=c5d6b05-5162-4f89-bbe1-4b048bc3d8aa>

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, em 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretirável do débito, sem que isso implique em novação de transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal do ente qualificado.


Canhotinho - PE / 12/09/2017


Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Érico Gustavo Tenório Vilça Rodrigues


Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zenide Porto de Oliveira


INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Canhotinho - 10.132.777/0001-63

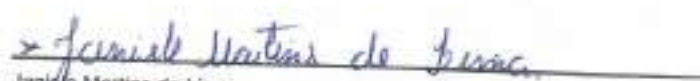

Felipe Porto de Barros Wanderley

Prefeito
CPF: 073.956.324-60

Testemunhas:


Rubens Lucas Ribeiro

Supervisor de Escola
CPF: 112.721.714-34
RG: 1298092


Janielle Martins de Lima

Diretora de Programa e Projetos Especiais
CPF: 643.004.184-66
RG: 6428917



DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02273/2017, firmado entre o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 12/09/2017, foi publicado em ____/____/____ no

- mural
- jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
- Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, ____/____/____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02273/2017	Data	12/09/2017
Valor consolidado	12.118,33	Valor da prestação inicial	1.009,86
Número prestações	12	Vencimento 1ª prestação	10/10/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Canhotinho/PE		CNPJ	10.132.777/0001-63	
Representante Legal	Felipe Porto de Barros Wanderley		CPF	073.956.324-60	
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9	Conta nº	4014-2

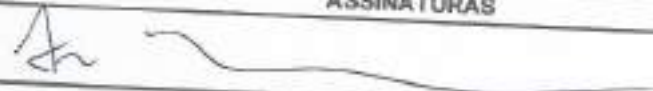

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho		CNPJ	06.035.005/0001-36	
Representante Legal	Zeneide Porto de Oliveira		CPF	462.210.504-72	
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9	Conta nº	14378-2

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
 - 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
 - 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.
2. Deste modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
 - 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
 - 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
 - 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
 - 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.
4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Canhotinho/PE - 12/09/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).





Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: https://tce.tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.shtm Código do documento: c5d6b65-5f62-4f89-bbe1-b6480e3dbaa



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 02273/2017

O Prefeito do Município de Canhotinho, Estado de Pernambuco, torna público o acordo realizado com o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho – IPREC, do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários firmado em 12/09/2017, de acordo com a Lei Municipal n° 1630/2017, de 18/08/2017, realizado com o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, no valor de R\$ 12.118,33, (doze mil, e centro e dezoito reais e trinta e três centavos), para pagamento em 12 parcelas mensais, conforme seu cadastramento no CADPREV N° 02273/2017, do Ministério da Previdência Social.

Gabinete do Prefeito, 12 de setembro de 2017

Felipe Porto de Barros Wanderley Lima

Prefeito



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63	Número do acordo: 02273/2017	Data de consolidação do Termo: 12/06/2017
Ente: Prefeitura Municipal de Carinhinho / PE		Data de assinatura do Termo: 12/06/2017
Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Dívidas Previdenciárias - Fundo Previdenciário - FPMAS		Data de vencimento de 1º: 10/10/2017
Lei autorizadora do parcelamento: Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017		

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal			
Competência: Inicial: 01/2015	Final: 03/2017	Quantidade de Parcelas: 12	
Diferença apurada: 9.329,38	Diferença apurada atualizada: 12.118,33		
Valor da parcela na data de consolidação: 1.009,86			

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 sm	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %
--------------	------------------------	------------------------	---------------

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 sm	Tipo de juros: Simples
--------------	------------------------	------------------------

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 sm	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %
--------------	------------------------	------------------------	---------------

sp

V



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(S) VARIAÇÃO(S)	ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2015	461,14	1,24	18,07	81,52	31,00	165,12
02/2015	477,34	1,22	16,65	79,46	30,00	167,06
03/2015	461,14	1,32	15,13	68,26	29,00	150,63
04/2015	0,00	0,71	14,32	0,00	26,00	0,00
05/2015	461,14	0,74	13,46	60,81	27,00	138,23
06/2015	461,14	0,79	12,59	56,90	26,00	132,06
07/2015	451,14	0,62	11,90	53,69	25,00	126,21
08/2015	311,27	0,22	11,55	36,26	24,00	83,41
09/2015	311,27	0,54	11,06	34,40	23,00	79,50
10/2015	311,27	0,82	10,15	31,58	22,00	75,43
11/2015	311,27	1,01	9,06	26,17	21,00	71,26
12/2015	311,27	0,96	8,01	24,93	20,00	67,24
13/2015	363,67		8,01	26,13	20,00	70,66
01/2016	347,80	1,27	6,96	23,16	19,00	70,46
02/2016	347,80	0,90	5,70	19,82	18,00	66,17
03/2016	0,00	0,43	5,25	0,00	17,00	0,00
04/2016	347,80	0,61	4,61	16,03	16,00	66,21
05/2016	347,80	0,78	3,80	13,22	15,00	64,16
06/2016	376,96	0,35	3,44	12,97	14,00	64,59
07/2016	347,80	0,52	2,91	10,12	13,00	46,53
08/2016	0,00	0,44	2,46	0,00	12,00	0,00

Handwritten mark

Handwritten signature



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2016	347,80	0,08	2,37	8,24	11,00	39,16	6,96	402,16
10/2016	0,00	0,26	2,11	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00
11/2016	347,80	0,18	1,82	6,88	9,00	31,80	6,98	393,34
12/2016	347,80	0,30	1,62	5,63	8,00	28,27	6,88	388,68
13/2016	406,12		1,62	6,58	8,00	33,02	8,12	453,84
01/2017	370,28	0,38	1,24	4,59	7,00	26,24	7,41	406,52
02/2017	370,28	0,33	0,90	3,33	6,00	22,42	7,41	403,44
03/2017	370,28	0,25	0,65	2,41	5,00	18,69	7,41	398,73
TOTAL:	9.328,38			717,82		1.884,49	186,64	12.118,33

np
W



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Carholinho / PE - 10.132.777/0001-83
Representante Legal: 073.956.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Carholinho - 06.036.005/0001-36
Representante Legal: 462.210.604-72 - Zeneide Porto de Oliveira

TESTEMUNHAS:

Nome: Rubens Lucas Ribeiro
Cargo: Supervisor de Escola
CPF: 112.721.714-34

Nome: Janiele Martins de Lima
Cargo: Diretora de Programa e Projetos Especiais
CPF: 043.094.184-65

Data: / /

Assinatura:

Data: / /

Assinatura:

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02274/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validarDoc.seam> Código do documento: c5d61b05-5162-4f89-b061-1b0480c5dbaa

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	CNPJ:	17.200.778/0001-47
Endereço:	Rua Amapá nº 05	CEP:	55.420-000
Bairro:	Centro	Fax:	
Telefons:	(87) 3781-1114	Complemento:	
E-mail:	secascanhotinho@yahoo.com.br	Data início da gestão:	21/09/2017
Representante legal:	Érico Gustavo Tenório Vileça Rodrigues		
CPF:	805.014.034-34		
Cargo:	Secretário Ação Social		
E-mail:	secascanhotinho@yahoo.com.br		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência do Município de Carhotinho	CNPJ:	06.035.005/0001-38
Endereço:	Rua Afonso Pena	CEP:	55420-000
Bairro:	Centro	Fax:	(087) 3781-1863
Telefone:	(087) 3781-1863	Complemento:	Diretora Presidente
E-mail:	prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br	Data início da gestão:	02/01/2017
Representante legal:	Zeneide Porto de Oliveira		
CPF:	462.210.504-72		
Cargo:	Presidente		
E-mail:	zeneide.porto@hotmail.com		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Carhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS da quantia de R\$ 10.612,89 (dez mil e seiscentos e doze reais e sessenta e nove centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Servidor do FMAS devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2015 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente Instrumento o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela extinção do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 10.612,89 (dez mil e seiscentos e doze reais e sessenta e nove centavos), será pago em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 884,39 (oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 884,39 (oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e nove centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretirável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02274/2017)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM de "Autorização para Débito no Crédito de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretirável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.


Cláusula Oitava - DO FORD

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal final qualificado.

Canhotinho - PE / 12/09/2017


Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Erico Gustavo Tenório Vilaça Rodrigues


Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Canhotinho - 10.132.777/0001-63



Felipe Porto de Barros Wanderley

Prefeito

CPF: 073.956.324-60

Testemunhas:

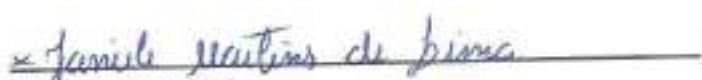


Rubens Lucas Ribeiro

supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

RG: 1298062



Janiele Martins de Lima

Diretora do Programa e Projeto Especiais

CPF: 043.094.184-65

RG: 6426917

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://eccc.ce.gov.br/epv/validarDoc.seam> Código do documento: c5d6b065-5162-4f89-bb6f-b0d48bc3d8aa





DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02274/2017, firmado entre o/a Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 12/09/2017, foi publicado em ____/____/____ no

- mural
- jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
- Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente,

Canhotinho, ____/____/____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c5d6fb65-5162-4f89-bbe1-fb648bc3d8aa

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - FPM



Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02274/2017	Data	12/09/2017
Valor consolidado	10.612,89	Valor da prestação inicial	884,39
Número prestações	12	Vencimento 1ª prestação	10/10/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Canhotinho/PE	CNPJ	10.132.777/0001-63
Representante Legal	Felipe Porto de Barros Wanderley	CPF	073.958.324-60
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9
		Conta nº	4014-2

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho	CNPJ	06.035.005/0001-36
Representante Legal	Zeneide Porto de Oliveira	CPF	482.210.504-72
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9
		Conta nº	14378-2

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPP, forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM em garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação de acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que trata o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
- 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Canhotinho/PE - 12/09/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: https://stc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam?codigo_documento=c5d67b65-5162-4f89-10be1-10b48b0c3d8aa



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02274/2017)

O Prefeito do Município de Canhotinho, Estado de Pernambuco, torna público o acordo realizado com o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho – IPREC, do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários firmado em 12/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1630/2017, de 18/08/2017, realizado com o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, no valor de R\$ 10.612,69, (dez mil, seiscentos e doze reais e sessenta e nove centavos), para pagamento em 12 parcelas mensais, conforme seu cadastramento no CADPREV Nº 02274/2017, do Ministério da Previdência Social.

Gabinete do Prefeito, 12 de setembro de 2017

Felipe Porto de Barros Wanderley Lima

Prefeito



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63 Número do acordo: 02274/2017
 Ente: Prefeitura Municipal de Carinho/PE
 Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Comissão de Débitos Previdenciários - FOMAS
 Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017
 Data de consolidação do Termo: 12/09/2017
 Data de assinatura do Termo: 12/09/2017
 Data de vencimento da 1ª: 10/10/2017

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Servidor do FOMAS
 Competência: Inicial: 01/2015 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 12
 Diferença apurada: 8.191,56 Diferença apurada atualizada: 10.612,69
 Valor da parcela na data de consolidação: 884,39

Critérios de atualização para consolidação do débito:
 Índice: IPCA Taxa de Juros: 1,00 an Tipo de Juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:
 Índice: IPCA Taxa de Juros: 0,50 an Tipo de Juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:
 Índice: IPCA Taxa de Juros: 1,00 an Tipo de Juros: Simples Multa: 2,00 %

RP

[Handwritten signature]



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICES(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2016	390,06	1,24	19,07	70,48	31,00	142,77	7,80	611,11
02/2016	390,06	1,22	19,65	64,95	30,00	138,50	7,80	598,31
03/2016	390,06	1,32	15,13	59,02	29,00	130,23	7,80	587,11
04/2016	0,00	0,71	14,32	0,00	28,00	0,00	0,00	0,00
05/2016	390,06	0,74	13,48	52,58	27,00	119,51	7,80	569,95
06/2016	390,06	0,79	12,59	49,11	26,00	114,16	7,80	561,15
07/2016	390,06	0,82	11,90	46,42	25,00	109,12	7,80	553,40
08/2016	281,71	0,22	11,55	32,82	24,00	75,49	5,63	395,85
09/2016	281,71	0,54	11,05	31,13	23,00	71,95	5,63	390,42
10/2016	281,71	0,82	10,15	28,59	22,00	68,27	5,63	384,20
11/2016	281,71	1,01	9,05	25,49	21,00	64,51	5,63	377,34
12/2016	281,71	0,96	8,01	22,57	20,00	60,86	5,63	370,77
13/2016	281,71		8,01	22,57	20,00	60,86	5,63	370,77
01/2016	314,80	1,27	6,98	20,95	19,00	63,75	6,29	405,59
02/2016	314,80	0,90	5,70	17,93	18,00	59,86	6,29	398,68
03/2016	0,00	0,43	6,25	0,00	17,00	0,00	0,00	0,00
04/2016	314,80	0,61	4,81	14,50	16,00	52,66	6,29	388,05
05/2016	314,80	0,78	3,80	11,95	15,00	48,58	6,29	381,62
06/2016	314,80	0,35	3,44	10,82	14,00	45,56	6,29	377,27
07/2016	314,80	0,52	2,91	9,15	13,00	42,08	6,29	372,13
08/2016	0,00	0,44	2,46	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00

Handwritten mark

Handwritten mark

Handwritten mark



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2016	314,60	0,08	2,37	7,46	11,00	35,43	6,28	383,76
10/2016	0,00	0,29	2,11	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00
11/2016	314,60	0,18	1,92	6,04	9,00	28,96	6,29	355,79
12/2016	314,60	0,30	1,62	5,10	8,00	25,58	6,29	351,57
13/2016	314,60		1,62	5,10	8,00	25,58	6,29	351,57
01/2017	334,98	0,38	1,24	4,15	7,00	23,74	6,70	369,57
02/2017	334,98	0,33	0,90	3,01	6,00	20,28	6,70	364,97
03/2017	334,86	0,25	0,66	2,18	5,00	16,86	6,70	360,72
TOTAL:	8.181,56			624,07		1.943,48	183,58	10.812,69

rp

W

R



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Carholinho / PE - 10.132.7770001-93

Representante Legal: 073.956.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Carholinho - 06.035.0050001-36

Representante Legal: 482.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: __/__/__

Assinatura:

Data: __/__/__

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: Rubens Lucas Ribeiro

Cargo: supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

Nome: Jamile Martins de Lima

Cargo: Diretora de Programa e Projeto Especiais

CPF: 043.094.184-85

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02275/2017)**



DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Carholinho/PE
Endereço: Rua Dr. Afonso Pena, 228
Bairro: Centro
Telefone: (087) 3781-1144
E-mail: prefeituradecanhotohinho@yahoo.com.br
Representante legal: Felipe Porto de Barros Wanderley
CPF: 073.956.324-60
Cargo: Prefeito
E-mail: prefeituradecanhotohinho@yahoo.com.br

CNPJ: 10.132.777/0001-80
CEP: 55420-000
Fax: (087) 3781-1144
Complemento: Prefeito
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Carholinho
Endereço: Rua Afonso Pena
Bairro: Centro
Telefone: (087) 3781-1863
E-mail: prefeituradecanhotohinho@yahoo.com.br
Representante legal: Zeneide Porto de Oliveira
CPF: 462.210.504-72
Cargo: Presidente
E-mail: zeneide.porto@hotmail.com

CNPJ: 06.035.005/0001-00
CEP: 55420-000
Fax: (087) 3781-1863
Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Carholinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Carholinho da quantia de R\$ 387.730,80 (trezentos e oitenta e sete mil e setecentos e trinta reais e oitenta centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2014 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Carholinho confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 387.730,80 (trezentos e oitenta e sete mil e setecentos e trinta reais e oitenta centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.938,65 (hum mil e novecentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.938,65 (hum mil e novecentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vencidas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validarDoc.seam> Código do documento: c5d6b065-5162-4f89-b0e1-1b06480c3d8a

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02275/2017)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017 por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Canhotinho - PE / 10/09/2017

Prefeitura Municipal de Canhotinho

Felipe Porto de Barros Wanderley

Instituto de Previdência do Município de Canhotinho

Zeneide Porto de Oliveira

Testemunhas:

Rubens Lucas Ribeiro

Supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

RG: 1298092

Janiele Martins de Lima

Diretora de Programa e Projeto Especiais

CPF: 043.094.184-65

RG: 6426917

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/validador/validador.asp?codigo=55d61b65-5162-4f89-bbe1-fb648bc3d8aa>

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02275/2017)



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c5d61b65-5162-4f89-bbe1-fb648bc3d8aa

DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02275/2017, firmado entre o/a Canhotinho e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 10/09/2017, foi publicado em _____/_____/_____, no

- mural
- jornal _____ - Edição nº _____ de _____/_____/_____
- Diário Oficial do _____ - Edição nº _____ de _____/_____/_____

Por ser expressão da verdade, firma a presente:

Canhotinho, _____/_____/_____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito





AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
 Acesse em: <https://cfe.cce.pe.gov.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: c5d61b65-5162-4f89-b0e1-f06480c3dbaa

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02275/2017	Data	10/09/2017
Valor consolidado	387.730,80	Valor da prestação inicial	1.938,85
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	10/10/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Canhotinho/PE	CNPJ	10.132.777/0001-63
Representante Legal	Felipe Porto de Barros Wanderley	CPF	073.956.324-60
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9
		Conta nº	4014-2

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho	CNPJ	06.035.005/0001-36
Representante Legal	Zeneide Porto de Oliveira	CPF	462.210.504-72
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9
		Conta nº	14378-2

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPP, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, declara o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
 - 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
 - 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.
2. Deste modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
 - 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (Item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (Item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
 - 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
 - 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
 - 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.
4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo a ser, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Canhotinho/PE - 10/09/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02277/2017)

O Prefeito do Município de Canhotinho, Estado de Pernambuco, torna público o acordo realizado com o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho – IPREC, do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários firmado em 10/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1630/2017, de 18/08/2017, realizado com o Canhotinho/PE, no valor de R\$ 320.514,74 (trezentos e vinte mil e quinhentos e quatorze reais e setenta e dois centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais, conforme seu cadastramento no CADPREV Nº 02277/2017, do Ministério da Previdência Social.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2017

Felipe Porto de Barros Wanderley Lima

Prefeito



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63 Número do acordo: 02275/2017 Data de consolidação do Termo: 10/09/2017
 Ente: Prefeitura Municipal de Camutins / PE Data de assinatura do Termo: 10/09/2017
 Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários - Fundo Previdenciário - FM Data de vencimento da 1ª: 10/10/2017
 Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.630/2017 de 13 de agosto de 2017

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (200 meses)
 Competência: Inicial: 01/2014 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 200
 Diferença apurada: 279.292,06 Diferença apurada atualizada: 397.730,90
 Valor da parcela na data de consolidação: 1.838,65

Critérios de atualização para consolidação do débito:
 Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:
 Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:
 Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

nd

D

V



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DEFERÊNCIA APURADA	ÍNDICE% VARIACÃO%	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC. (%)	JUROS	MULTA	DEFERÊNCIA ATUALIZADA
01/2014	6.729,28	0,55	26,50	1.783,29	43,00	3.690,39	12.307,52
02/2014	6.094,57	0,69	25,64	1.960,08	42,00	3.210,75	10.977,09
03/2014	6.059,50	0,92	24,49	1.483,97	41,00	3.092,82	10.757,48
04/2014	0,00	0,57	23,66	0,00	40,00	0,00	0,00
05/2014	6.274,91	0,46	23,10	1.449,50	38,00	3.012,52	10.862,43
06/2014	6.195,77	0,40	22,60	1.400,24	30,00	2.696,46	10.606,41
07/2014	0,00	0,01	22,59	0,00	37,00	0,00	0,00
08/2014	6.108,51	0,25	22,29	1.361,59	36,00	2.658,24	10.281,51
09/2014	6.152,99	0,57	21,59	1.328,43	35,00	2.618,50	10.222,98
10/2014	5.917,29	0,42	21,09	1.247,96	34,00	2.436,19	9.719,79
11/2014	5.306,92	0,51	20,47	1.096,33	33,00	2.109,77	8.809,16
12/2014	5.896,65	0,78	19,54	1.112,93	32,00	2.178,75	9.101,24
13/2014	14.556,54		19,54	2.844,35	32,00	5.668,28	23.280,30
01/2015	6.691,62	1,24	18,07	1.209,18	31,00	2.449,25	10.483,38
02/2015	5.505,12	1,22	16,65	916,60	30,00	1.826,62	8.468,34
03/2015	6.478,80	1,32	15,13	980,24	29,00	2.163,12	9.751,74
04/2015	6.461,30	0,71	14,32	926,12	28,00	2.074,64	9.813,69
05/2015	6.530,21	0,74	13,48	890,27	27,00	2.000,83	9.541,91
06/2015	6.701,46	0,79	12,59	843,71	26,00	1.961,74	9.846,94
07/2015	6.902,88	0,82	11,90	821,44	25,00	1.931,06	9.793,46
08/2015	6.925,43	0,22	11,65	806,81	24,00	1.855,74	9.726,49

Handwritten signature



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

08/2015	6.925,62	0,54	11,06	765,27	23,00	1.768,88	138,51	9.598,18
10/2015	6.736,77	0,62	10,16	603,78	22,00	1.632,52	134,74	9.167,81
11/2015	6.698,83	1,01	9,05	594,48	21,00	1.504,30	131,38	8.798,99
12/2015	6.472,27	0,96	8,01	518,43	20,00	1.398,14	129,46	8.518,29
13/2015	8.036,73		8,01	643,74	20,00	1.736,09	160,73	10.577,29
01/2016	7.313,60	1,27	6,66	487,06	19,00	1.482,11	146,27	9.428,66
02/2016	7.292,80	0,90	5,70	415,69	18,00	1.387,53	145,86	9.241,68
03/2016	7.301,30	0,43	5,25	383,32	17,00	1.306,39	146,03	9.137,04
04/2016	7.339,67	0,61	4,61	398,35	16,00	1.228,47	146,79	9.053,18
05/2016	7.335,40	0,78	3,80	278,75	15,00	1.142,12	146,71	8.902,88
06/2016	7.376,63	0,35	3,44	263,76	14,00	1.088,24	147,53	8.846,06
07/2016	7.301,56	0,52	2,91	212,48	13,00	976,83	146,03	8.636,90
08/2016	7.349,66	0,44	2,46	180,80	12,00	903,64	146,99	8.060,99
09/2016	7.307,68	0,08	2,37	173,20	11,00	822,93	146,16	8.450,27
10/2016	7.151,60	0,26	2,11	150,90	10,00	730,25	143,03	8.175,78
11/2016	7.106,19	0,18	1,92	136,44	9,00	651,84	142,12	8.036,59
12/2016	7.066,54	0,30	1,62	114,48	8,00	574,48	141,33	7.896,83
13/2016	8.482,91		1,62	137,42	8,00	689,83	168,66	9.479,62
01/2017	7.351,62	0,38	1,24	91,16	7,00	521,02	147,04	8.111,14
02/2017	7.139,07	0,33	0,90	64,25	6,00	432,20	142,78	7.778,30
03/2017	7.006,76	0,25	0,65	46,74	5,00	354,13	140,74	7.577,37
TOTAL:	279.292,06			30.714,52		72.138,35	8.406,67	397.730,60



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Camoatins / PE - 10.132.777/0001-83

Representante Legal: 073.996.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Camoatins - 06.035.005/0001-36

Representante Legal: 462.210.604-72 - Zeneide Porto de Oliveira

TESTEMUNHAS:



Nome: Rubens Lucas Ribeiro
Cargo: Supervisor Escola
CPF: 112.721.714-34

Data: / /


Assinatura:



Data: / /

Assinatura:





Nome: Janiele Martins de Lima
Cargo: Diretora de Programa e Projeto Especiais
CPF: 043.094.184-65

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 02276/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stc.cce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c5d6b65-SI 62-4189-b64-190480c3d8aa

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho
Endereço: PC Clóvis Vidal
Bairro: Centro
Telefone: (87) 3781-1144
E-mail: salete.te.s@hotmail.com
Representante legal: Salete Maria da Silva
CPF: 044.432.114-46
Cargo: Secretária de Saúde
E-mail: salete.te.s@hotmail.com

CNPJ: 09.154.486/0001-97
CEP: 55.420-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 01/06/2016

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Endereço: Rua Afonso Pena
Bairro: Centro
Telefone: (067) 3781-1863
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Zeneide Porto de Oliveira
CPF: 462.210.504-72
Cargo: Presidente
E-mail: zeneide.porto@hotmail.com

CNPJ: 06.035.005/0001-36
CEP: 55420-000
Fax: (067) 3781-1863

Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho da quantia de R\$ 576.750,25 (quinhentos e setenta e seis mil e seiscentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos), correspondentes aos valores de Contribuição ao Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 02/2015 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 576.750,25 (quinhentos e setenta e seis mil e seiscentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 2.883,75 (dois mil e oitocentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 2.883,75 (dois mil e oitocentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 02276/2017)



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, a atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM de "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORD

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, alegam foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal do ente qualificado.

Canhotinho - PE / 11/09/2017

Salette Maria da Silva
Secretária de Saúde
Portaria. Gab. 093/2017

Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho

Salette Maria da Silva

Zeneide Porto de Oliveira
Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Canhotinho - 10.132.777/0001-63

Felipe Porto de Barros Wanderley

Prefeito

CPF: 073.858.324-60

Testemunhas:

Rubens Lucas Ribeiro

Supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

RG: 1298092

Janiele Martins de Lima

Dirutora de Programa e Projeto Especiais

CPF: 043.094.184-65

RG: 6426917

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://ecccce.pc.gov.br/epv/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=c5d6b65-5162-4f89-bbe1-7b048bc3d8aa>




DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02276/2017, firmado entre o/a Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 11/09/2017, foi publicado em ____/____/____ no

- mural
- jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
- Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, ____/____/____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stece.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: e5d6fb65-5162-4f89-bbe1-fb648bc3d8aa



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIOS - FPM



Documento Assinado Digitalmente por ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
 Acesse em: <https://cfe.ce.gov.br/epj/validaDoc.seam> Código do documento: c5d61b651624489-b0e1-fb0480c3d0aa

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02276/2017	Data	11/09/2017
Valor consolidado	576.750,25	Valor da prestação inicial	2.883,75
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	10/10/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Canhotinho/PE	CNPJ	10.132.777/0001-63
Representante Legal	Felipe Porto de Barros Wanderley	CPF	073.956.324-80
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9
		Conta nº	4014-2

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho	CNPJ	06.035.005/0001-36
Representante Legal	Zeneide Porto de Oliveira	CPF	462.210.504-72
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9
		Conta nº	14378-2

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
 - 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
 - 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.
2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
 - 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (Item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
 - 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
 - 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
 - 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.
4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Canhotinho/PE - 11/09/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02276/2017

O Prefeito do Município de Canhotinho, Estado de Pernambuco, torna público o acordo realizado com o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho – IPREC, do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários firmado em 11/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1630/2017, de 18/08/2017, realizado com o Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho, no valor de R\$ 576.750,25, (quinhentos e setenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos), para pagamento em 200 (duzentos) parcelas mensais, conforme seu cadastramento no CADPREV Nº 02276/2017, do Ministério da Previdência Social.

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2017

Felipe Porto de Barros Wanderley Lima

Prefeito



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63 Número do acordo: 022/6/2017 Data de consolidação do Termo: 11/09/2017
Ente: Prefeitura Municipal de Carhatirho / PE Data de assinatura do Termo: 11/09/2017
Título: Termo de acordo de Parcelamento e Confissão de Dívidas Previdenciárias - Fundo Previdenciário - FMS Data do vencimento da 1ª: 10/10/2017
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.530/2017 de 18 de agosto de 2017

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (200 meses)
Competência: Inicial: 02/2015 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 200
Diferença apurada: 452.712,07 Diferença apurada atualizada: 576.750,25
Valor da parcela na data de consolidação: 2.883,75

Critérios de atualização para consolidação do débito:
Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 an Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:
Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 an Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:
Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 an Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Handwritten signatures and initials: *NP*, *R*, *W*



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	(ÍNDICE%) VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA		
02/2015	13.521,76	1,22	16,65	2.251,37	30,00	4.731,94	270,44	20.775,51
03/2015	16.513,31	1,32	15,13	2.198,46	28,00	5.513,41	330,27	24.865,45
04/2015	16.446,41	0,71	14,32	2.355,13	28,00	5.264,43	328,93	24.394,90
05/2015	15.998,80	0,74	13,46	2.196,84	27,00	4.901,87	319,86	23.377,39
06/2015	15.658,25	0,78	12,59	1.971,37	26,00	4.583,70	319,17	22.526,49
07/2015	16.152,29	0,62	11,90	1.522,12	25,00	4.518,80	323,05	22.916,06
08/2015	16.298,11	0,22	11,85	1.898,73	24,00	4.367,24	326,96	22.890,04
09/2015	16.368,63	0,54	11,05	1.808,84	23,00	4.181,05	327,39	22.686,91
10/2015	16.123,21	0,82	10,16	1.636,51	22,00	3.907,14	322,48	21.989,32
11/2015	16.001,59	1,01	9,05	1.448,14	21,00	3.664,44	320,03	21.434,20
12/2015	16.682,33	0,96	8,01	1.334,95	20,00	3.589,40	333,25	21.929,63
13/2015	16.731,84		8,01	1.340,20	20,00	3.614,37	334,63	22.020,94
01/2016	17.352,43	1,27	6,66	1.168,87	19,00	3.518,54	347,05	22.371,09
02/2016	17.290,97	0,90	5,70	985,02	18,00	3.287,88	345,62	21.888,49
03/2016	16.469,77	0,43	5,25	864,96	17,00	2.946,85	328,40	20.610,68
04/2016	16.948,12	0,61	4,81	735,21	16,00	2.669,33	318,96	19.671,62
05/2016	15.752,01	0,78	3,80	598,96	15,00	2.454,15	315,24	18.130,36
06/2016	15.859,19	0,35	3,44	549,96	14,00	2.296,67	317,18	19.016,60
07/2016	16.179,21	0,52	2,91	470,82	13,00	2.184,50	323,59	19.138,11
08/2016	16.203,48	0,44	2,46	398,91	12,00	1.982,25	324,87	18.918,41
09/2016	14.746,03	0,08	2,37	349,46	11,00	1.660,51	294,82	17.050,94



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

10/2016	16.567,41	0,26	2,11	329,26	10,00	1.588,57	311,15	17.795,39
11/2016	17.494,68	0,18	1,92	335,90	9,00	1.604,76	349,89	18.785,22
12/2016	15.425,02	0,30	1,62	249,89	6,00	1.253,99	308,50	17.237,40
13/2016	16.504,39		1,62	267,37	8,00	1.341,74	330,09	18.443,59
01/2017	16.322,97	0,38	1,24	202,40	7,00	1.166,78	326,46	18.008,61
02/2017	16.453,06	0,33	0,90	149,06	6,00	986,07	329,06	17.926,27
03/2017	16.876,00	0,25	0,65	108,39	5,00	839,22	333,52	17.957,13
TOTAL:	452.712,07			30.366,44		84.617,49	9.054,29	576.790,25

Handwritten signature and initials



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Caracolinho / PE - 10.132.777/0001-63
Representante Legal: 073.966.324-60 - Felipe Porto de Barros Vianderley

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Caracolinho - 06.036.005/0001-36
Representante Legal: 462.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: __/__/__

Assinatura:

Data: __/__/__

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: Rubens Lucas Rebelo
Cargo: Supervisor Escolar
CPF: 112.721.714-34

Nome: Janete Martins de Lima
Cargo: Diretora do Programa e Projeto Especiais
CPF: 043.094.164-65

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02277/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validarDoc.aspx?seam=Código+do+documento:+e5d6b065-5162-4f89-b0e1-b0d48bc3d0aa>

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Canhotinho/PE	CNPJ:	10.132.777/0001-60
Endereço:	Rua Dr. Afonso Pena, 228	CEP:	55420-000
Bairro:	Centro	Fax:	(087) 3781-1144
Telefone:	(087) 3781-1144		
E-mail:	prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br		
Representante legal:	Felipe Porto de Barros Wanderley		
CPF:	073.956.324-80		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	Prefeito
E-mail:	prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br	Data início da gestão:	01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho	CNPJ:	06.035.005/0001-30
Endereço:	Rua Afonso Pena	CEP:	55420-000
Bairro:	Centro	Fax:	(087) 3781-1863
Telefone:	(087) 3781-1863		
E-mail:	prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br		
Representante legal:	Zeneide Porto de Oliveira		
CPF:	482.210.504-72		
Cargo:	Presidente	Complemento:	Diretora Presidente
E-mail:	zeneide.porto@hotmail.com	Data início da gestão:	02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Canhotinho da quantia de R\$ 320.514,72 (trezentos e vinte mil e quinhentos e quatorze reais e setenta e dois centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2014 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Canhotinho confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 320.514,72 (trezentos e vinte mil e quinhentos e quatorze reais e setenta e dois centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.602,57 (hum mil e seiscentos e dois reais e cinquenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.602,57 (hum mil e seiscentos e dois reais e cinquenta e sete centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02277/2017)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017 por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Canhotinho - PE / 10/09/2017

Prefeitura Municipal de Canhotinho

Felipe Porto de Barros Wanderley

Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

Testemunhas:

Rubens Lucas Ribeiro

Supervisor Escola
CPF: 112.721.714-34
RG: 1298092

Janiele Martins de Lima

Diretora de Programa e Projeto Especiais
CPF: 043.094.184-65
RG: 6426917

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesso em: https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam?Codigo_documento: c5d6b65-5162-4f89-bbe1-fb648bc3d8aa

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFEISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02277/2017)



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c5d61b65-5162-4f89-bbe1-fb648bc3d8aa

DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02277/2017, firmado entre o/a Canhotinho e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 10/09/2017, foi publicado em _____/_____/_____, no

- mural
- jornal _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____
- Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canhotinho, _____/_____/_____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM



Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02277/2017	Data	10/09/2017
Valor consolidado	320.514,72	Valor da prestação inicial	1.602,57
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	10/10/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Canhotinho/PE		CNPJ	10.132.777/0001-63	
Representante Legal	Felipe Porto de Barros Wanderley		CPF	073.956.324-60	
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9	Conta nº	4014-2

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho		CNPJ	06.035.005/0001-36	
Representante Legal	Zeneide Porto de Oliveira		CPF	482.210.504-72	
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9	Conta nº	14378-2

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Dessa modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
- 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, extinguindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Canhotinho/PE - 10/09/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c5d61b05-5102-4f89-b9e1-1b048bc3dbaa



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02275/2017

O Prefeito do Município de Canhotinho, Estado de Pernambuco, torna público o acordo realizado com o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho – IPREC, do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários firmado em 10/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1630/2017, de 18/08/2017, realizado com o Canhotinho/PE , no valor de R\$ 387.730,80 (trezentos e oitenta e sete mil e setecentos e trinta reais e oitenta centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais, conforme seu cadastramento no CADPREV Nº 02275/2017, do Ministério da Previdência Social.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2017



Felipe Porto de Barros Wanderley Lima

Prefeito



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63 Número do acordo: 022772017 Data de consolidação do Termo: 10/09/2017
 Ente: Prefeitura Municipal de Carutatinga / PE Data de assinatura do Termo: 10/09/2017
 Termo: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Dívidas Previdenciárias - Fundo Previdenciário - PM Data de vencimento da 1ª: 10/10/2017
 Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.530/2017 de 18 de agosto de 2017

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição dos Segurados (200 meses)
 Competência: Inicial: 01/2014 Final: 09/2017 Quantidade de Parcelas: 200
 Diferença apurada: 231.562,41 Diferença apurada atualizada: 320.614,72
 Valor da parcela na data de consolidação: 1.602,57

Critérios de atualização para consolidação do débito:			
Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 sim	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %
Critérios de atualização das parcelas vincendas:			
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 sim	Tipo de juros: Simples	
Critérios de atualização das parcelas vencidas:			
Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 sim	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %







DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%) VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA	
01/2014	5.712,85	0,55	26,50	1.513,91	43,00	3.107,51	114,26	10.446,53
02/2014	6.216,10	0,69	25,64	1.337,15	42,00	2.751,95	104,30	9.408,50
03/2014	5.184,57	0,92	24,49	1.259,70	41,00	2.646,25	103,69	8.204,21
04/2014	0,00	0,67	23,66	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00
05/2014	5.240,32	0,46	23,10	1.210,51	39,00	2.515,82	104,61	9.071,46
06/2014	5.221,74	0,40	22,60	1.180,11	38,00	2.432,70	104,43	8.936,90
07/2014	0,00	0,01	22,69	0,00	37,00	0,00	0,00	0,00
08/2014	5.089,00	0,25	22,29	1.134,34	36,00	2.240,40	101,78	8.565,52
09/2014	5.131,48	0,57	21,59	1.107,69	35,00	2.183,78	102,63	8.625,78
10/2014	5.163,33	0,42	21,08	1.086,95	34,00	2.126,78	103,27	8.481,33
11/2014	4.972,19	0,61	20,47	1.017,81	33,00	1.978,78	98,44	8.066,14
12/2014	4.980,78	0,78	19,54	975,20	32,00	1.908,11	99,62	7.974,91
13/2014	6.306,01		18,54	1.037,19	32,00	2.030,48	106,16	8.481,62
01/2015	5.835,93	1,24	18,07	1.054,50	31,00	2.136,94	116,71	9.142,78
02/2015	5.691,17	1,22	16,65	947,56	30,00	1.991,63	113,82	8.744,20
03/2015	5.662,26	1,32	15,13	856,70	29,00	1.890,50	113,26	8.522,73
04/2015	5.618,94	0,71	14,32	804,63	28,00	1.798,60	112,38	8.334,55
05/2015	5.673,83	0,74	13,48	764,63	27,00	1.738,44	113,46	8.290,58
06/2015	5.769,19	0,79	12,59	726,34	26,00	1.668,84	115,38	8.239,75
07/2015	5.918,17	0,62	11,90	704,26	26,00	1.655,61	118,36	8.306,40
08/2015	5.671,94	0,22	11,85	684,06	24,00	1.573,44	117,44	8.246,90



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2015	5.851,71	0,54	11,05	646,51	23,00	1.494,51	117,03	8.109,96
10/2015	5.755,26	0,82	10,15	587,20	22,00	1.401,94	115,71	7.890,11
11/2015	5.675,46	1,01	9,05	513,83	21,00	1.298,71	113,51	7.602,31
12/2015	5.617,67	0,96	8,01	449,96	20,00	1.213,53	112,35	7.393,53
13/2015	6.073,59		9,01	496,49	20,00	1.312,02	121,47	7.993,57
01/2016	6.321,92	1,27	8,98	421,04	19,00	1.281,16	126,44	8.150,56
02/2016	6.321,92	0,90	5,70	360,35	18,00	1.202,81	126,44	8.011,52
03/2016	6.328,59	0,43	5,25	332,25	17,00	1.132,34	126,57	7.919,75
04/2016	6.299,39	0,61	4,91	290,40	16,00	1.054,36	126,99	7.770,06
05/2016	6.286,11	0,78	3,90	239,25	15,00	980,30	125,82	7.641,58
06/2016	6.273,52	0,35	3,44	215,81	14,00	908,51	125,47	7.523,31
07/2016	6.215,44	0,52	2,91	180,87	13,00	831,52	124,31	7.382,14
08/2016	6.099,29	0,44	2,48	150,04	12,00	749,92	121,99	7.121,23
09/2016	6.112,19	0,08	2,37	144,86	11,00	698,26	122,24	7.067,57
10/2016	6.031,52	0,26	2,11	127,27	10,00	615,86	120,63	6.895,96
11/2016	6.031,52	0,18	1,92	115,81	8,00	553,26	120,63	6.821,22
12/2016	6.219,11	0,30	1,62	100,75	8,00	505,58	124,35	6.949,83
13/2016	6.128,32		1,62	99,28	8,00	498,21	122,57	6.848,38
01/2017	6.370,78	0,38	1,24	79,00	7,00	451,48	127,42	7.029,68
02/2017	6.181,71	0,33	0,90	65,64	6,00	374,24	123,63	6.735,22
03/2017	6.076,94	0,25	0,55	39,50	5,00	305,82	121,54	6.543,80
TOTAL:	291.582,41			26.091,71		69.248,95	4.631,66	320.514,72



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Cardealinho / PE - 10.132.777/0001-63
Representante Legal: 073.956.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

Data: / /

Assinatura:

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Cardealinho - 08.035.005/0001-35
Representante Legal: 462.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: / /

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: Rubens Lucas Rebelo
Cargo: Supervisor Escolar
CPF: 112.721.714-34

Nome: Janiele Martins de Lima
Cargo: Diretora de Programas e Projeto Especiais
CPF: 043.054.194-85

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02278/2017)**



DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho
Endereço: PC Clóvis Vidal
Bairro: Centro
Telefone: (87) 3781-1144
E-mail: salete.te.s@hotmail.com
Representante legal: Salete Maria da Silva
CPF: 044.432.114-45
Cargo: Secretária de Saúde
E-mail: salete.te.s@hotmail.com

CNPJ: 08.154.486/0001-91
CEP: 55.420-000
Fax:
Complemento:
Data início da gestão: 01/08/2015

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Canhotinho
Endereço: Rua Afonso Pena
Bairro: Centro
Telefone: (087) 3781-1863
E-mail: prefeituradecanhotinho@yahoo.com.br
Representante legal: Zeneide Porto de Oliveira
CPF: 462.210.504-72
Cargo: Presidente
E-mail: zeneide.porto@hotmail.com

CNPJ: 06.035.005/0001-3
CEP: 55420-000
Fax: (087) 3781-1863
Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 02/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 1.630/2017 de 18 de agosto de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência do Município de Canhotinho é CREDOR junto ao DEVEDOR Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho da quantia de R\$ 409.238,29 (quatrocentos e nove mil e duzentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 02/2015 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 409.238,29 (quatrocentos e nove mil e duzentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 2.046,19 (dois mil e quarenta e seis reais e dezenove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 2.046,19 (dois mil e quarenta e seis reais e dezenove centavos), vencerá em 10/10/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Municipal nº 1.530/2017 de 18 de agosto de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stc.ce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c5d60b5-5162-4890-b0e1-fb0480c3dbaa

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02278/2017)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito no Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017 por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em nova transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal final qualificado.

Carhotinho - PE / 11/09/2017

Salette Maria da Silva
Secretária de Saúde
Portaria Geral nº 117
Fundo Municipal de Saúde de Carhotinho
Salette Maria da Silva

Zeneide Porto de Oliveira
Instituto de Previdência do Município de Carhotinho
Zeneide Porto de Oliveira

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Carhotinho - 10.132.777/0001-63

Felipe Porto de Barros Wanderley

Prefeito

CPF: 073.856.324-60

Testemunhas:

Rubens Lucas Ribeiro

Supervisor Escola

CPF: 112.721.714-34

RG: 1298092

Janiele Martins de Lima

Diretora de Programa e Projeto Especiais

CPF: 043.094.184-65

RG: 8426917

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Assesora em: https://eccc.ce.gov.br/validador/validador.asp?codigo_documento=c5d6b65-5162-4f89-bbe1-fb648bc3d8aa

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02278/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: c5d61b65-5162-4f89-bbe1-fb648bc3d8aa

DECLARAÇÃO

Felipe Porto de Barros Wanderley, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02278/2017, firmado entre o(a) Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho e o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho em 11/09/2017, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
- () jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____
- () Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma e presente.

Canhotinho, ____/____/____


Felipe Porto de Barros Wanderley
Prefeito







AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM



Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02278/2017	Data	11/09/2017
Valor consolidado	409.238,29	Valor da prestação inicial	2.046,19
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	10/10/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Canhotinho/PE	CNPJ	10.132.777/0001-63
Representante Legal	Felipe Porto de Barros Wanderley	CPF	073.956.324-60
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9
		Conta nº	4014-2

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência do Município de Canhotinho	CNPJ	06.035.005/0001-36
Representante Legal	Zeneide Porto de Oliveira	CPF	462.210.504-72
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	1732-9
		Conta nº	14378-2

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RP, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de débito do FPM.
- 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, exonerando-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Canhotinho/PE - 11/09/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Documento Assinado Digitalmente por: ZENEIDE PORTO DE OLIVEIRA
 Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: c5d61065-5162-4189-9bbe-11b0-48063d8aa



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02278/2017)

O Prefeito do Município de Canhotinho, Estado de Pernambuco, torna público o acordo realizado com o Instituto de Previdência do Município de Canhotinho – IPREC, do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários firmado em 11/09/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1630/2017, de 18/08/2017, realizado com o Fundo Municipal de Saúde de Canhotinho, no valor de R\$ 409.238,29 (quatrocentos e nove mil e duzentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais, conforme seu cadastramento no CADPREV Nº 02278/2017, do Ministério da Previdência Social.

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2017

Felipe Porto de Barros Wanderley Lima

Prefeito



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.132.777/0001-63 Número do acordo: 02278/2017 Data de consolidação do Termo: 11/09/2017
 Ente: Prefeitura Municipal de Carholinho / PE Data de assinatura do Termo: 11/09/2017
 Título: Termo de acordo de Parcelamento e Confissão de Dívidas Previdenciárias - Fundo Previdenciário - FMS Data de vencimento da 1ª: 10/10/2017
 Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.530/2017 de 18 de agosto de 2017

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição dos Segurados (200 meses)
 Competência: Inicial: 02/2015 Final: 03/2017 Quantidade de Parcelas: 200
 Diferença apurada: 324.513,67 Diferença apurada atualizada: 409.239,29
 Valor da parcela na data do consolidação: 2.046,19

Critérios de atualização para consolidação do débito:			
Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 an	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %
Critérios de atualização das parcelas vincendas:			
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 an	Tipo de juros: Simples	
Critérios de atualização das parcelas vencidas:			
Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 an	Tipo de juros: Simples	Multa: 2,00 %

np



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICES(VARIAÇÃO%)	ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA		
02/2015	6.725,30	1,22	16,65	963,26	30,00	2.003,57	114,51	0,796,84
03/2015	13.177,62	1,32	15,13	1.983,77	29,00	4.389,70	263,55	19.834,64
04/2015	6.467,34	0,71	14,32	787,22	28,00	1.759,68	109,95	8.164,19
05/2015	12.665,86	0,74	13,48	1.692,53	27,00	3.647,07	261,12	18.346,58
06/2015	0,00	0,79	12,59	0,00	26,00	0,00	0,00	0,00
07/2015	12.648,56	0,62	11,90	1.638,69	25,00	3.619,56	266,77	18.356,58
08/2015	13.051,53	0,22	11,69	1.520,50	24,00	3.497,29	261,03	18.330,36
08/2015	13.106,94	0,54	11,06	1.448,32	23,00	3.347,71	262,14	18.166,11
10/2015	12.916,04	0,82	10,15	1.310,98	22,00	3.129,94	258,32	17.615,28
11/2015	12.821,83	1,01	9,06	1.160,38	21,00	2.936,26	256,44	17.174,91
12/2015	13.116,62	0,96	8,01	1.050,56	20,00	2.833,24	262,31	17.261,73
13/2015	12.981,15		8,01	1.038,19	20,00	2.799,67	259,22	17.056,43
01/2016	13.739,24	1,27	6,96	915,03	19,00	2.784,31	274,78	17.773,36
02/2016	13.683,90	0,90	5,70	779,98	18,00	2.803,50	273,68	17.341,06
03/2016	13.032,92	0,43	5,25	694,23	17,00	2.331,92	260,66	16.308,73
04/2016	12.620,81	0,61	4,61	592,19	16,00	2.113,76	252,58	15.577,34
05/2016	12.383,51	0,78	3,80	470,96	15,00	1.928,67	247,67	15.042,00
06/2016	6.143,86	0,35	3,44	211,35	14,00	889,73	122,88	7.367,62
07/2016	12.804,15	0,62	2,91	372,80	13,00	1.712,98	256,08	15.145,61
08/2016	11.761,56	0,44	2,48	269,33	12,00	1.446,11	236,23	13.732,23
09/2016	13.131,87	0,08	2,37	311,22	11,00	1.478,72	262,63	15.184,24

np

W
B



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

10/2016	12.326,14	0,26	2,11	280,08	10,00	1.216,62	246,52	14.091,36
11/2016	10.554,49	0,18	1,92	202,65	9,00	968,14	211,09	11.839,37
12/2016	12.161,16	0,30	1,62	197,01	8,00	968,95	243,22	13.890,04
13/2016	12.705,12		1,62	207,12	8,00	1.039,38	258,70	14.287,32
01/2017	12.894,56	0,38	1,24	159,89	7,00	813,81	257,89	14.226,15
02/2017	13.029,49	0,33	0,90	117,27	6,00	798,81	260,59	14.198,19
03/2017	13.375,30	0,25	0,65	86,94	5,00	673,11	267,51	14.402,89
TOTAL:	324.313,67			20.343,24		58.096,11	6.488,27	408.238,29

np h
P



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Camoatins / PE - 10.132.777/0001-63
Representante Legal: 073.856.324-60 - Felipe Porto de Barros Wanderley

Data: / /


Assinatura:


UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência do Município de Camoatins - 08.035.005/0001-36
Representante Legal: 462.210.504-72 - Zeneide Porto de Oliveira

Data: / /

Assinatura:

TESTEMUNHAS:


Nome: Rubens Lucas Ribeiro
Cargo: Supervisor Escolar
CPF: 112.721.714-34


Nome: Zeneide Porto de Oliveira
Cargo: Diretora de Programa e Projeto Especiais
CPF: 043.094.184-85